

APÊNDICE I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO

Na composição dos custos da contratação foram considerados os benefícios estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT/2025 com Registro MTE para Agentes de Limpeza e Copeira BA000145/2025 com Registro MTE para Vigilantes BA000094/2024 e demais preços obtidos em pesquisa de mercado, cujos parâmetros foram a descrição detalhada e o perfil profissional desejado. Com efeito, foram analisadas as cláusulas constantes na CCT estimativa, que possui força normativa e define, de forma explícita, os direitos e as obrigações dos profissionais alocados na prestação dos serviços objeto do Termo de Referência e os dispositivos legais que estipulam direitos dos trabalhadores.

A formação do preço no tocante às rubricas que compõem o preço dos serviços em questão se deu da seguinte forma:

- Salários e benefícios: Convenções Coletivas de Trabalho e pesquisas de mercado;
- Encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a remuneração: Aplicação dos percentuais previstos na legislação atinente à respectiva matéria;
- 13º salário e adicional de férias: Aplicação de percentuais previstos na legislação atinente à respectiva matéria;
- Vale-transporte: Valores estipulados por decreto municipal e quantidade de fornecimento de acordo com dados estatísticos da contratante;
- Tributação: Aplicação das alíquotas previstas na legislação sobre a matéria.

Por tratar-se da primeira contratação para este tipo de objeto, não foram considerados os parâmetros apresentados abaixo:

- Custos de profissional ausente;
- Rescisões de contrato de trabalho.

1. DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO (MODULO 01)

1.1. Salário base

1.1.1. Para compor o preço dos serviços a serem contratados, mensurou-se o valor correspondente a cada posto/mês entendido como o valor unitário total utilizado para a formação de preços, inclusive encargos, insumos, benefícios e tributos, jornada de trabalho, tipo de serviço para a categoria profissional e para cada caso de incidência de adicionais.

1.1.2. A estimativa de preços levou em consideração os salários estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT/2025, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, E SINDILIMP-BA SIND.TRAB. LIMPEZA PUBLICA, COML, INDL, HOSPITALAR, ASSEIO, PREST. SERV.EM GERAL, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL, CNPJ n. 32.700.148/0001-25, Registro MTE BA000145/2025;

1.1.2. A estimativa de preços levou em consideração os salários estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT/2025, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS SEGURANCA PRIVADA ESTADO BAHIA, SIND DOS EMP DE EMPRESAS DE SEG E VIGILANCIA DO EST BA, SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE FEIRA DE SANTANA E REGIAO - ESTADO DA BAHIA, E SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE ITABUNA DO ESTADO DA BAHIA, E EMPRESAS DE

SEGURANCA E VIGILANCIA, CNPJ n. 04.243.060/0001-96, Registro MTE BA000094/2024 (ADITIVO PARA 2025)

1.1.3. Ainda, devem ser observados os seguintes parâmetros para aplicação dos instrumentos coletivos vinculantes:

a. Em conformidade com o Acórdão 1207/2024 do TCU e o Decreto 12.174/2024, somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação.

b. Os reajustes previstos nos instrumentos coletivos vinculantes deverão ser aplicados integralmente, sendo vedada a aplicação de percentual diferenciado em razão da data de admissão, ainda que o instrumento coletivo possibilite o reajuste escalonado;

c. A CCT a ser adotada pela empresa vencedora é aquela representativa de sua atividade preponderante, nos termos do Art. 581, §2º, da CLT, ressalvadas as categorias profissionais diferenciadas, nos termos do Art. 511, §3º da CLT;

d. para as categorias AUXILIAR DE LIMPEZA E COPEIRA foram utilizadas como referência para prover os elementos (salários, adicionais, gratificações e benefícios recebidos) a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT/2025, Registro MTE BA000145/2025

e. para as categorias VIGILANTE DESARMADO foram utilizadas como referência para prover os elementos (salários, adicionais, gratificações e benefícios recebidos) a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT/2025, Registro MTE BA000094/2024 (Aditivo 2025)

4.4 Quadro Resumo da estimativa dos quantitativos GERAIS

a) LOTE 01 (UM)

ITEM	DESCRIÇÃO	POSTO	CARGA HORARIA MENSAL	SALÁRIO BASE CCT
1	Auxiliar de limpeza (adicional de insalubridade 20%)	05	200 HORAS	1.530,00
2	Auxiliar de limpeza (adicional de insalubridade 40%)	01	200 HORAS	1.530,00
3	Copeira (adicional de insalubridade 20%)	02	200 HORAS	1.537,83

b) LOTE 02 (DOIS)

ITEM	DESCRIÇÃO	POSTO	CARGA HORARIA MENSAL	SALÁRIO BASE CCT
1	VIGILANTE DESARMADO DIURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, na escala 12x36 horas	02	180 HORAS	1.568,03
2	VIGILANTE DESARMADO ADMINISTRATIVO de 40 (quarenta) horas semanais diurnas, de segunda-feira a sexta-feira	01	200 HORAS	1.568,03

1.2. Adicional de Insalubridade.

Previsto em legislação ou convenção coletiva para operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância considerados adequados. (art. 7º, XXIII da CF/88; artigos. 189 a 192 da CLT). Deverá ser observada a indicação dos postos insalubres constante no Termo de Referência. Caso contrário, será necessário que o contratado apresente laudo de perícia técnica que comprove o efetivo contato do trabalhador com agentes biológicos capazes de ensejar o enquadramento da atividade como geradora do adicional de insalubridade. Incidirá sobre o salário mínimo, e seu pagamento decorrerá de previsão em CCT ou laudo técnico o percentual de:

- a) 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- b) 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;
- c) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Cálculo = 10%, 20% ou 40% (a depender do grau de insalubridade) x Salário mínimo.

Obs.: O trabalhador que fizer jus ao adicional de periculosidade e de insalubridade deverá optar por um dos adicionais.

1.2.1. Foi considerado o percentual de insalubridade de 40%, aplicado no posto de Auxiliar de limpeza que fará a higienização dos banheiros públicos e coletivos, sobre o salário mínimo, até que sobrevenha regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecendo os critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, bem como a respectiva coleta de lixo do banheiro na forma do inciso II da Súmula 448 TST, conforme CCT estimativa, de forma a se atender o disposto nos artigos 190 e 192 da CLT. O pagamento do adicional de insalubridade apenas será cabível pela Administração caso haja previsão na CCT adotada pela licitante vencedora ou laudo técnico. A base de cálculo desse adicional será incidente sobre o salário mínimo, para apresentação das propostas, conforme CCT estimativa. O uso do Equipamento de Proteção Individual - EPI deverá ser rigorosamente fiscalizado e fornecido pela CONTRATADA, em conformidade com a natureza das atividades.

- a) Na ausência de instrumento coletivo ou de lei expressamente fixando a base de cálculo, subsiste o salário-mínimo como parâmetro de cálculo do adicional de insalubridade, a fim de atender o disposto nos artigos 190 e 192 da CLT.
- b) O pagamento do adicional de insalubridade somente será efetuado, pela Administração, com apresentação de laudo técnico das condições ambientais de trabalho – LTCAT, apresentado pela contratada, sem ônus para a CONTRATANTE. O laudo deverá ser emitido por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho, após perícia realizada no local, conforme artigo 195 da CLT. A visita ao local de trabalho, a ser realizada pelo perito, deverá ser acompanhada pelo gestor do contrato.
- c) Havendo alterações, no ambiente de trabalho, a empresa, vencedora do certame, deverá apresentar novo laudo pericial, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, obedecendo aos critérios estabelecidos na letra b, deste item, bem como disposições relacionadas deste Termo de Referência

1.2.2. Foi considerado o percentual de insalubridade de 20%, aplicado no posto de Auxiliar de limpeza em conformidade com a Cláusula Sexta da CCT.

Considerando o que dispõe a norma celetista no art. 611-A, que estabelece que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre o enquadramento do grau de insalubridade, fica convencionado que os empregados que exercem as funções de Agente de Higienização, Agente de Limpeza, Auxiliar de Serviços Gerais I, Encarregado de Serviço de Limpeza, Cabo de Turma, Faxineiro de Limpeza Industrial e servente, independentemente de limparem instalações

sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação ou não, perceberão **adicional de insalubridade em grau médio**, que corresponde a 20%, calculado sobre o salário-mínimo nacional, prevalecendo o acordado na norma coletiva sobre quaisquer outros dispositivos como Portaria, Normas Regulamentadoras, Resoluções, Instruções, Entendimentos, Súmulas e Laudos Técnicos.

2. DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

2.1. Cálculos do MODULO 02 – item 2.2

Neste submódulo encontram-se elencadas as obrigações sociais, entendidas como as contribuições obrigatórias exigíveis sobre os salários dos empregados:

Item	Percentual	Fundamento
Previdência Social – INSS	20,00 %	Art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99
SESI ou SESC	1,50 %	Art. 30, Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964
SENAI ou SENAC	1,00 %	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput, Decreto-Lei 8.621, de 1946 (SENAC)
INCRA	0,20 %	Art. 1º, inciso I, 2º c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970
SEBRAE	0,60 %	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90
Salário Educação	2,50 %	Art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82; Art. 15 da Lei nº 9.424/96; Lei nº 11.457/07
Seguro Acidentes Trabalho - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP)	6,00 %	Decreto nº 6.042/2007 e 6.957/2009; Art. 22, inciso II, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.732/98; Resolução nº 1.308/2009 CNPS
FGTS	8,00 %	Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF
TOTAL GRUPO A - Encargos Previdenciários, FGTS e outras Contribuições	39,80 %	

2.1.1. As licitantes deverão cotar o percentual relativo ao Risco Acidente de Trabalho - RAT, de acordo com o Decreto 6.957/2009, Anexo V, o qual traz a relação de atividades preponderantes e correspondentes graus de risco, conforme a classificação nacional de atividades econômicas - CNAE.

2.1.2. Considerando que o Fator Acidentário de Prevenção - FAP é o multiplicador preponderante da LICITANTE VENCEDORA, tal percentual deverá ser o extraído do sítio www.previdencia.gov.br.

2.1.3. Na aba "Dados" da Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo - Apêndice X deverá ser preenchido o valor de seu RAT x FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da **DCTFWeb - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos** ou outro documento apto a fazê-lo.

2.1.3. Caso a LICITANTE VENCEDORA possua algum benefício de isenção dos encargos elencados no **MODULO 02 – item 2.2**, deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo, obrigatoriamente, este percentual sob pena de desclassificação da proposta.

2.2. Cálculos do MODULO 2 – item 2.1

2.2.1. Grupo B.1:

Item	Percentual	Base de Cálculo	Fundamento
------	------------	-----------------	------------

B.1 (09) - 13º Salário	9,09 %	$[(1/11) \times 100]$	Art. 7º, da Instrução Normativa N. CJP-INN-2016/00001 de 20 de janeiro de 2016 Anexo VII-D da Instrução Normativa N. 5/2017
B.1 (10) - Adicional de Férias	3,03 %	$[(1/3) \times (1/11) \times 100]$	
Subtotal	12,12 %	$[9,09\% + 3,03\% = 12,12\%]$ (Soma do item 09 e 10)	
Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias	4,82 %	$[39,80\% \times 12,12\% = 4,82\%]$ (Total Grupo A x Subtotal Grupo B.1)	
Total Grupo B.1 - 13º salário e adicional de férias	16,94 %	$[12,12\% + 4,82\%]$ (Soma Subtotal B.1 e incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias)	

2.2.2. Grupo B.2:

Item	Percentual	Base de Cálculo	Fundamento
B.2 (11) - Licença Maternidade	0,03%	$(0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12) = 0,03\%$	Anexo VII-D da Instrução Normativa N. 5/2017
Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,01%	$[39,80\% \times 0,03\% = 0,01\%]$	
Total Grupo B.2 - Afastamento maternidade	0,04%	$[0,03\% + 0,01\% = 0,04\%]$ (Soma Licença Maternidade e incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade)	

2.2.3. Grupo B.3:

Item	Percentual	Base de Cálculo	Fundamento
B.3 (12) - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$[(1/12) \times 0,05] \times 100 = 0,42 \%$	Anexo VII-D da Instrução Normativa N. 5/2017
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	$[8,00\% \times 0,42\% = 0,03\%]$ (FGTS x Aviso Prévio Indenizado)	
B.3 (13) - Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	3,49%	$\{0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times [1 + (1/11) + (4/33)] \times 100\}$	Art. 7º, da Instrução Normativa N. CJP-INN-2016/00001 de 20 de janeiro de 2016
B.3 (14) - Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$[(100\% / 30) \times 7 / 12]$	Anexo VII-D da Instrução Normativa

Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	$[1,94\% \times 39,80\% = 0,77\%]$ (Aviso Prévio Trabalhado x Total Grupo A)	N. 5/2017
B.3 (15) Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,03%	$[0,4 \times 0,08]$ (Multa do FGTS x FGTS)	
Total Grupo B.3 - Provisão para rescisão	6,69%	$[0,42\% + 0,03\% + 3,49\% + 1,94\% + 0,77\% + 0,03\% = 6,69\%]$ (Soma do Grupo B.3)	

Obs.: No item B.3 (13) houve adaptação na respectiva fórmula reduzindo de 0,5 para 0,4 em razão da exclusão da contribuição social que era cobrada juntamente com a Multa do FGTS.

2.2.4. Grupo B.4:

Item	Percentual	Base de Cálculo	Fundamento
B.4 (16) - Remuneração do profissional substituto	9,09 %	$[(1/11) \times 100]$	Art. 7º, da Instrução Normativa N. CJF- INN- 2016/00001 de 20 de janeiro de 2016
B.4 (17) - Ausência por doença	1,66 %	$[(5,96 / 30) / 12] \times 100 = 1,66\%$	Anexo VII-D da Instrução Normativa N. 5/2017
B.4 (18) - Licença Paternidade	0,03 %	$[(5/30)/12 \times 0,022] \times 100 = 0,03\%$	
B.4 (19) - Ausências Legais	0,28 %	$[(1/30)/12] \times 100 = 0,28\%$	
B.4 (20) - Ausência por acidente de trabalho	0,03 %	$[(15/30)/12 \times 0,0078] \times 100 = 0,03\%$	
Subtotal	11,09 %	$[9,09\% + 1,66\% + 0,03\% + 0,28\% + 0,03\% = 11,09\%]$ (Soma dos itens 16, 17, 18, 19 e 20)	
Incidência do submódulo 4.1 sobre custo de reposição	4,41 %	$[39,80\% \times 11,09\% = 4,41\%]$ (Total Grupo A x Subtotal)	
Total Grupo B.4 - Custo de reposição do profissional ausente	15,50 %	$[11,09\% + 4,41\% = 15,50\%]$ (Soma subtotal B.4 + incidência do submódulo 4.1 sobre o custo da reposição)	

2.3. Grupo C:

Item	Percentual	Base de Cálculo	Fundamento
C (21) - Indenização Adicional	0,08 %	$[(1 \times 1\%) / 12 = 0,08\%]$	Anexo VII-D da Instrução Normativa N. 5/2017
Total Grupo C - Indenização Adicional	0,08 %	Soma do Grupo C	

Não haverá alteração nos itens 9 (9,09%), 10 (3,03%), 13 (3,49%) e 16 (9,09%) da Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo.

DEVEMOS DESTACAR A APURAÇÃO DOS SEGUINTE ENCARGOS:

B.2. (11) Licença Maternidade - art. 7º, inciso XVIII, CF e art. 72. da Lei n. 8.213/1991 - refere-se ao afastamento de 120 dias sem prejuízo da remuneração. O salário é custeado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS. Cabe à empresa a Contribuição Patronal, o FGTS e as provisões relativas a 13º Salário. A Lei n. 11.770/2008 preconiza a prorrogação por 60 dias. Nesse caso, a empresa paga o salário-maternidade e compensa no pagamento do Imposto de Renda, não sendo necessário o desembolso pelo órgão. De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando a aplicação em outros órgãos que baseou-se no custo de encargos em 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde a: $(0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12) = 0,03\%$.

B.3. (12) Aviso Prévio indenizado - trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado nas contratações anteriores, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Assim a provisão necessária será somente para estes empregados, pois os demais receberão o aviso prévio trabalhado quando findar o contrato.

B.3. (14) Aviso Prévio Trabalhado - trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo, concedendo-lhe aviso prévio trabalhado. Nesta feita, será necessário o ajuste após 01 (um) ano de contrato, fazendo constar apenas 10% (dez por cento) do valor, o que corresponde a 03 (três) dias.

B.4. (17) Ausência por Doença - refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). $(5,96 / 30) / 12 \times 100 = 1,66\%$

B.4. (18) Licença Paternidade - art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, §1º do ADCT - refere-se ao direito ao empregado de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o levantamento do órgão em contratações anteriores, foi feita a estimativa de que 2,2% dos empregados usufruem desse benefício no ano. $[(5/30)/12 \times 0,022] \times 100 = 0,03\%$

B.4 (19) - Ausências Legais - Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título. $((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$

B.4 (20) - Ausência por Acidente no Trabalho - art. 60, §3º, da Lei nº 8.213/91 - refere-se aos custos com substituto durante os 15 (quinze) primeiros dias do afastamento de empregado em razão de acidente de trabalho. De acordo com os números recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, ou atualizações posteriores em informações prestadas no Relatório ESocial (S-5011 – Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte) 0,78% dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: $[(15/30)/12 \times 0,0078] \times 100 = 0,03\%$.

C (21) - Indenização Adicional - art. 9º da Lei nº 7.238/84) - corresponde à indenização devida ao funcionário dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial. A indenização adicional é equivalente a um salário mensal, seja ele optante ou não pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O índice de ocorrência de pessoas demitidas nessa situação e que receberiam a referida multa chega a 1% (um por cento), baseado em histórico de contratações anteriores. O valor dessa verba é realizado a partir da multiplicação de um salário pelo índice de 1% dividido em 12 meses.

3. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MENSAL ESTIMATIVO DO PROFISSIONAL SUBSTITUTO DO TITULAR EM FÉRIAS

3.1. A Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo do Profissional Substituto do Titular em Férias é advinda da IN 05/2017 - MPOG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e serão aplicadas ao contrato de prestação de serviços para a Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

3.2.O valor a ser pago à CONTRATADA será aquele correspondente à diferença entre a Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo e a Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal do Profissional Substituto do Titular em Férias.

3.3. A Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo do Profissional Substituto do Titular em Férias reflete o valor real que será descontado ao Contrato na ausência de substituição do profissional titular.

3.4. Tal Planilha visa atender à legislação vigente, sendo utilizada quando ocorrer a não substituição do Posto.

3.5. Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente:

OBSERVAÇÃO: Para fins de demonstração foi considerada a categoria de Servente de Limpeza 40% insalubridade, ou seja, todos os custos decorrem unicamente desta categoria.

3.5.1. Cálculos do Módulo 1 - Total da Remuneração

Item	Percentual	9,09 % 3,62 %	Base de Cálculo	Fundamento
Módulo 1 - Total da Remuneração		-	-	Instrução Normativa IN. 5/2017
Remuneração do profissional substituto (A)	$[(1/11) \times 100]$	9,09 %	[salário x 9,09%]	
Incidência do Submódulo 4.1 sobre custo de reposição (B)	(39,90% a 9,09%)	3,62 %	[salário x 3,62%]	
Total do Custo MENSAL de Reposição do Profissional Ausente em Férias			[Valor apurado do quadro A + Valor apurado do quadro B]	
Total do Custo ANUAL de Reposição do Profissional Ausente em Férias				

3.5.2. Cálculo do Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários

Item	Valor em R\$	Fundamento
Vale Alimentação (A)	$[(\text{Valor do VA} \times 22 \text{ dias}) - 20\%]$	Instrução Normativa IN. 5/2017
Vale Transporte (B)	$[(\text{Tarifa de VT} \times 22 \text{ dias}) - 6\% \text{ da remuneração}]$	
Outros (sem concessão do intervalo intrajornada) (C)	-	
Total de Benefícios Mensais e Diários	(A+B+C)	

Obs: Para o VIGILANTE 12hx36h, consideramos 15 (quinze) dias úteis, para o cálculo do Vale Transporte.

3.5.3. Cálculo do Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos

OBSERVAÇÃO: Para fins de demonstração foi considerado os percentuais da estimativa.

Item	Percentual	Base de Cálculo	Valor em R\$	Fundamento
Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas) (A)	3,00%	$[3,00\% \times \text{subtotal Módulo 1 e 2}]$		Instrução Normativa IN. 5/2017
Lucro (B)	6,79%	$[6,79\% \times \text{subtotal Módulo 1 e 2} + (5A)]$		
Tributos (C)	14,25%	$[(\text{subtotal Módulo 1 e 2} + 5A + 5B)/(1-14,25\%)- (\text{subtotal})]$		

		Módulo 1 e 2 + 5A + 5B)]		
Tributos Federais (PIS e COFINS) (C.1)	9,25%	[9,25% x valor total mensal do substituto do titular em férias]		
Tributos Estaduais (especificar) (C.2)	-	-		
Tributos Municipais (ISS) (C.3)	5,00%	[5,00% x valor total mensal do substituto do titular em férias]		
Outros tributos (especificar) (C.4)	-	-		
Total dos Custos Indiretos e Tributos				

3.5.4. RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO SUBSTITUTO DO TITULAR EM FÉRIAS

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor em R\$
Módulo 1 - Composição Remuneração *12 (Anual) - (A)	
Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários - (B)	
Subtotal (A+B)	
Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro - (E)	
Valor total mensal por empregado substituto do titular em férias	

4. DOS INSUMOS

4.1. Uniformes

Corresponde ao valor referente ao custo dos uniformes fornecidos aos empregados e que deve ser ressarcido à Contratada, mediante comprovação da efetiva entrega e conforme valor constante na proposta vencedora. Para efeito de elaboração da planilha de custo e formação de preço mensal, foi distribuído o custo total dos uniformes pelo número de empregados previstos, à proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de vigência do contrato, sendo os valores dos uniformes baseados em pesquisas de contratações públicas.

4.1.2. As especificações e quantidades de uniformes estão detalhadas no Apêndice III e X do Termo de Referência.

4.2. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – Corresponde ao custo mensal de todos os EPIs necessários à categoria profissional, conforme quantidade e características/qualidade previstas na Norma Regulamentadora no 6 da Portaria no 3.214/1978/MTE (atual Ministério do Trabalho e Previdência), no termo de referência e disposições da convenção coletiva da categoria. Os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, por se tratarem de dispositivo ou produto destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador, além do fornecimento anual mínimo, a Contratada deverá considerar a possibilidade de fornecimento dos EPIs a qualquer tempo, mediante constatação do surgimento de novo risco ou de dano ou extravio do equipamento.

Cálculo = Valor unitário de cada EPI x Quantitativo de cada EPI a ser fornecido no ano / 12.

Considera-se o valor unitário de cada EPI multiplicado pelo quantitativo de cada EPI a ser fornecido no ano, provisionado em 12 meses.

5. DOS BENEFÍCIOS

5.1. Demonstrativo de dias úteis

5.1.1. Para calcular o quantitativo de dias úteis adequado para o lapso temporal contratual, com o intuito de minimizar falhas no dimensionamento do quantitativo a ser pago à contratada a título de vale transporte e vale alimentação, haverá a uniformização do método a ser adotado pela CÂMARA MUNICIPAL, utilizando o quantitativo de 22 (vinte dois) dias efetivamente trabalhados e para o cargo de Vigilante 12x36, utilizar o quantitativo de 15 (quinze) dias.

5.1.2. Para elaboração da Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo o quantitativo médio estabelecido de 22 dias úteis considera a projeção de feriados aplicados na Câmara Municipal utilizando o quantitativo de 22 (vinte dois) dias efetivamente trabalhados e para o cargo de Vigilante 12x36, utilizar o quantitativo de 15 (quinze) dias.

5.1.3. A CONTRATANTE, nos casos em que não houver expediente, em função de feriados e/ou ponto facultativo contemplados nas Portarias publicadas anualmente pelo órgão, poderá a seu critério reduzir ou suspender os serviços prestados pelas empresas terceirizadas, sem prejuízo do pagamento dos salários e benefícios, vez que já se encontram incluídos na média estabelecida.

5.1.4. Caso haja funcionamento nos dias considerados recessos e feriados forenses, especificados neste instrumento, a CONTRATANTE não efetuará pagamento adicional, vez que os dias já foram considerados no cálculo do valor final.

5.1.5. Nos dias de feriados forenses e/ou ponto facultativo não contemplados em Portaria da CÂMARA MUNICIPAL, serão realizados os descontos de vale-transporte e vale alimentação dos prestadores de serviço que não laborarem nesses dias, sem prejuízo da sua remuneração.

5.1.6. Nos períodos de recessos ou feriados em que o funcionamento da Câmara tenha horário diferenciado deverão ser observados os horários estabelecidos pela CONTRATANTE quanto ao funcionamento do órgão.

5.2. Vale Alimentação

5.2.1. O valor do vale alimentação foi calculado de acordo com a CCT estimativa, firmada entre o sindicato das categorias profissionais e econômicas envolvidas na prestação dos serviços ora licitados, a qual prevê o pagamento do respectivo benefício aos colaboradores que laborarem em jornada mensal igual ou superior a 190 (cento e noventa) horas ou em jornada especial de 12 x 36 horas.

Categoria	Carga Horária	Valor p/dia	Dias Úteis	Percentual Dedução	Valor Líquido do Vale Refeição
Auxiliar de limpeza	200	R\$ 17,00	22	20%	R\$ 374,00
Auxiliar de limpeza (adicional de insalubridade 40%)	200	R\$ 17,00	22	20%	R\$ 374,00
Copeira	200	R\$ 17,00	22	20%	R\$ 374,00
Vigilante Desarmado (12x36)	180	R\$ 17,28	15	15%	R\$ 259,20
Vigilante Desarmado	200	R\$ 17,28	22	15%	R\$ 380,16

5.2.2. O percentual de dedução do vale alimentação está de acordo com as CCTs referenciais.

5.2.3. Na eventualidade de impedimento de dedução do percentual indicado, deverá a Contratada apresentar justificativa à Contratante e providenciar, quando cabível, apresentação de documentação comprobatória hábil.

5.3. Vale Transporte

5.3.1. Corresponde aos valores repassados mensalmente pela contratada aos empregados alocados na prestação dos serviços na contratante e consiste na diferença entre o valor dos vales-transportes fornecidos, deduzida a participação do empregado.

5.3.2. O quantitativo de vale transporte foi avaliado com base na contratação atual e nas anteriores, sendo que os colaboradores gastam em média 2 (duas) conduções diariamente para seu deslocamento trabalho/residência e vice-versa.

5.3.2.1. Na apuração do valor máximo estimado de contratação, levou-se em consideração que são gastas 02 (duas) passagens de valor unitário de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), conforme tarifas do transporte urbano da empresa responsável do município.

Memória de Cálculo	Valor Bruto
[(Passagem R\$ 3,80 x 2 conduções diárias) x 22] Obs: Exceto para cargo de Vigilante 12x36	R\$ 167,20
[(Passagem R\$ 3,80 x 2 conduções diárias) x 15] Obs: Para o cargo de Vigilante 12x36, utilizamos como parâmetro o quantitativo de 15 (quinze) dias.	R\$ 114,00

5.3.3. Na eventualidade de não fornecimento do vale-transporte por opção dos funcionários, será efetuada a glosa do valor correspondente com as devidas incidências nos montantes "C" e "D". Cumpre destacar que haverá na composição do custo do vale transporte a respectiva dedução de 6% (seis por cento) sobre o salário base do empregado, conforme preceitua o art. 4º, parágrafo único, da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Assim, para fins de apuração do valor a ser deduzido do empregado, será excluídas quaisquer vantagens ou adicionais.

5.3.4. Na hipótese de reajuste da tarifa do transporte coletivo, deverá ser solicitado pela empresa nos 30 (trinta) primeiros dias da edição do ato que o majore.

5.4. Seguro de Vida

5.4.1. Seguro de Vida

5.4.2. O valor do seguro de vida observou o que preconiza a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024, Número de Registro no MTE BA000001/2024, utilizada como estimativa. O valor do custeio do Seguro de Vida será de **R\$ 5,66 (cinco reais e sessenta e seis centavos)**. Os empregadores contribuirão com a quantia de **R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos)**, por empregado, e o trabalhador contribuirá com a quantia de **R\$ 1,18 (um real e dezoito centavos)**, a ser descontado em folha de pagamento.

5.5. Outros Benefícios previstos na CCT estimativa:

5.5.1. **Programa de Assistência Odontológica:** O valor obtido à título de Programa de Assistência Odontológica está em conformidade com o que preconiza a CCT utilizada como estimativa, para o Lote 1 de Auxiliares de Limpeza e Copeira(o). O referido Plano a ser concedido deverá dispensar perícia inicial, oferecer assistência total em urgência 24 horas e não poderá ter cobertura inferior à mínima exigida pela ANS, devendo elas arcarem com o custo mínimo de **R\$ 14,00 (quatorze reais)**.

5.5.2. Para o Lote 2, dos Vigilantes de 12hx36h e de 8h, deverá observar a convenção coletiva mais atual e alterações posteriores.

6. DOS REGIMES DE INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS

Os tributos descontados por ocasião do pagamento da nota fiscal são: Imposto de Renda, CSLL, COFINS, PIS PASEP e o ISSQN, sendo que, os dois primeiros não comporão a Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativa para as empresas optantes pelo Lucro Real, sendo excluídas desta previsão outrossim as optantes pelo regime de Lucro Presumido, tendo em vista julgados do Tribunal de Contas - Acórdão 1214/2013- Plenário e o Acórdão 648/2016 - Plenário, do qual se extrai do voto do Relator:

"(...) para se vislumbrar a possibilidade de o IRPJ e a CSLL comporem o BDI de um contrato, fugindo-se, excepcionalmente, à regra da Súmula 254, deve-se antes demonstrar que a empresa contratada tem como critério de apuração do lucro a sistemática do lucro presumido. A responsável, nem tão pouco a empresa evidenciaram tal comportamento tributário, o que indica, até mesmo porque a sociedade empresária é de grande porte e deve auferir receita bruta acima do limite necessário para optar pelo lucro presumido, que a empresa deve adotar como método tributário de apuração de resultado o lucro real. Nesse sentido, em se tratando de lucro real, não deve haver inclusão do IRPJ e da CSSL como itens que compõem o BDI, pois a administração pública estaria pagando por um gasto que é imprevisível. Podendo coincidir ou não com o valor pactuado, ou ainda, pior, não ocorrer, caso o desempenho negativo de outras obras executadas pela contratada suplantem o lucro obtido com o empreendimento em tela."

7.1. Empresas tributadas pelo regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS

As empresas tributadas pelo regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais fixos previstos na legislação vigente, devendo constar da proposta apresentada pelo Licitante os documentos que comprovem o seu regime de tributação.

7.2. Empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS

As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, nos termos da

legislação vigente, apurada com base nos dados das Consolidações das Contribuições para PIS e para COFINS (EFD-Contribuições), que deverão constar da proposta apresentada pelo Licitante.

7.2.1. Caso o Licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

7.2.2. Caso o Licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia dos recibos de entrega das Consolidações das Contribuições para o PIS e para a COFINS (EFD-Contribuições), referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

7.2.3. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo (Os dados de "faturamento mensal", de "contribuição apurada", de "crédito descontado" e de "contribuição devida" devem ser extraídos das Consolidações das Contribuições para o PIS e para a COFINS (EFD-Contribuições):

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS:

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B=A*1,65%	C	D=B-C	E=D/A (%)
1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42
2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43
3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45
4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41
5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37
6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41
7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35
8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38
9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41
10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44
11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44
12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43
PERCENTUAL MÉDIO					1,41

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS:

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B=A*7,60%	C	D=B-C	E=D/A (%)

1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55
2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56
3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51
4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52
5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55
6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37
7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40
8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43
9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59
10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59
11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59
12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42
PERCENTUAL MÉDIO					6,51

7.2.4. Para empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

7.2.5. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.

7.2.6. Durante a fase de habilitação, a empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS poderá cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas, devendo apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, os cálculos de Apuração Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do PIS e COFINS, Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital, Contribuições, Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federal - DCTF Mensal, bem como quaisquer outros documentos que forem necessários para comprovação dos índices apresentados. Ademais, apesar da análise de quaisquer documentos que comprovem as alíquotas PIS-COFINS, a empresa é responsável pelas informações constantes na Planilha de Custos apresentada, observado o art. 63, da IN 05/2017.

7.3. ISSQN: O percentual à título de ISSQN foi atribuído em conformidade com a legislação tributária municipal.

8. LUCRO E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

8.1. Engloba as despesas administrativas, operacionais, lucro, supervisão, outras despesas (como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, instalação de relógio de ponto, sistema de gestão de ponto, etc), incluindo

todos os tributos e contribuições. Para fins de formulação de proposta, o valor máximo aceitável é o que compõe a Planilha de Custo e Formação de Preço Mensal Estimativo.

8.2. O IRPJ e a CSLL não deverá ser incluído no LDI, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente a Licitante Vencedora, não devendo, pois, serem repassados a CAMARA MUNICIPAL (Acórdão 1.595/2006 - Plenário, item 9.5.11 e Acórdão 325/2007 - Plenário, do TCU).

PARA OS VIGIAS

Quadro de dados para composição dos custos:

Notas

1. A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.
2. Para efeito de análise da estimativa de custo na planilha de preços será adotado como padrão 22 (vinte e dois) dias úteis em média, para VIGILANTE 8h.
3. Para efeito de análise da estimativa de custo na planilha de preços será adotado como padrão 15 (quinze) dias úteis em média, para o VIGILANTE 12hx36h.
4. A Câmara Municipal de Vitória da Conquista não se vincula a quaisquer cláusulas de Convenções Coletivas que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais.
5. A planilha de custos foi baseada em pesquisa de mercado.

Informações complementares

MÓDULO 01:

Notas:

1. O modulo 01 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço conforme pesquisa de mercado e o estudo elaborado pela CMVC, Módulo 01 – Remuneração;

Memória de Cálculo

Alínea A / Alínea B: Valores de salário-base e adicional de periculosidade, conforme pesquisa de mercado (menor valor);

Alínea C: não se aplica

Alínea D: **Adicional noturno: Jornada: das 19h às 7h.**

- Proporção de horas noturnas: das 22h às 5h = 7h - 60min (intervalo) = 6h.
- Assim, serão computadas 6 horas das 12 horas totais da jornada (período das 22h até as 5h do dia seguinte), excluído o período do intervalo, que será calculado em separado.
- Número de horas sobre as quais incide o adicional noturno dividido pelo número total de horas da jornada de trabalho = proporção de horas noturnas em percentual:

$$6 \div 12 = 0,5$$

$$0,5 \times 100 = 50\%$$

Alínea E: **Adicional de Hora Noturna Reduzida**

$$60 \text{ min} - 52,5 = 7,5 \text{ min}$$

$$7,5 \text{ min} \times 6\text{h (quantidade de horas noturnas)} = 45$$

$$45 \div 52,5 = 0,86 \text{ (redução de hora noturna)}$$

(Proporção de horas noturnas reduzidas: a hora de redução noturna é igual a 0,86)

$$0,86 \text{ (redução da hora noturna)} \div 12 = 0,0717 \times 100 = 7,17\% \text{ da escala de 12h}$$

Valor de adicional de hora noturna reduzida: Base de cálculo x 7,17%

Módulo 02,

SUBMÓDULO 2.1: Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias.

Notas:

1. Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) da remuneração dos valores referentes à gratificação natalina e ao adicional de férias.
2. O adicional de férias contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração, que, por sua vez, é dividido por 12 (doze), conforme Nota 1.

Memória de cálculo:

Alínea A: 13º salário = (Total da remuneração x 8,33%)

Observação: Percentual estabelecido na IN 5/2017 para a mesma rubrica, no item 14 do Anexo XII.

Alínea B: Férias e adicional de férias = (Total da remuneração x 12,10%)

Observação: Percentual estabelecido na IN 5/2017 para a mesma rubrica, no item 14 do Anexo XII.

Módulo 02,

SUBMÓDULO 2.2: Encargos Previdenciários, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outras contribuições.

Notas:

1. Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e das demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
2. O percentual do SAT, para efeito de estimativa de custo e que deverá ser pago pela contratada é de 3% (três por cento).
3. Esses percentuais incidem sobre o Módulo 01 somado ao Submódulo 2.1.

Memória de cálculo:

Alínea A: INSS = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do INSS Empregador (20%).

Alínea B: Salário Educação = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do Salário Educação (2,5% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea C: SAT = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SAT (3%) Alíquota praticada nos contratos do contratante.

Alínea D: SESC ou Sesi = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SESC ou Sesi (1,5% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea E: SENAI ou SENAC = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SENAI ou SENAC (1% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea F: SEBRAE = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SEBRAE (0,60% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea G: INCRA = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do INCRA (0,20% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea H: FGTS = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do FGTS (8%).

Módulo 2,

SUBMÓDULO 2.3: Benefícios Mensais e Diários.

Notas:

1. O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado, proporcional a carga horária, conforme a CCT).
2. Média mensal de dias úteis = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 40 horas semanais e 15 (quinze) dias para jornada 12hx36h, como referência.

Memória de cálculo:

Transporte = (Valor da passagem do transporte x Quantidade de passagens utilizados por dia x Média mensal de dias úteis) – Valor do desconto da parte do empregado (6%), proporcionalmente, conforme pesquisa de mercado

Observação: A licitante deverá observar os benefícios concedidos ao empregado, estabelecidos em legislação, Acordo ou Convenção Coletiva, tais como os relativos a transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e familiar, seguro de vida, invalidez, funeral, dentre outros.

Módulo 03: Provisão para rescisão.

Notas:

1. Na alínea A, a taxa de rotatividade das dispensas sem justa causa com aviso prévio indenizado fica estabelecida em 5% (cinco por cento), levando em conta dados meramente exemplificativos. Custo não renovável; assim, a partir do segundo ano de contrato, no caso de renovação, quanto a previsão da extensão do aviso prévio, consoante disposto na Lei nº 12.506, de 2011, de três (03) dias a mais por ano trabalhado, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até o limite estabelecido pelo art. 107, da Lei nº 14.133/2021.
2. Considerando que a multa do FGTS e da Contribuição Social incide de uma única vez sobre a totalidade dos meses do contrato, esta rubrica foi zerada na alínea C e aportado o seu custo total na alínea F deste mesmo módulo.

Memória de cálculo (Valores exemplificativos):

Alínea A: Aviso-prévio indenizado = (Valor total da remuneração / Quantidade de meses do ano) x Taxa de rotatividade de dispensa sem justa causa com aviso prévio indenizado.

Alínea B: Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado = Valor do aviso-prévio indenizado x Porcentagem do recolhimento mensal do FGTS (8%).

Alínea C: Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso-prévio indenizado = 0 (zero) ver nota 2.

Alínea D: Aviso prévio Trabalhado = {[Valor total da remuneração / Quantidade de dias do mês) / Quantidade de meses do ano] x 7 dias de redução da jornada} x porcentagem de dispensa sem justa causa com aviso-prévio trabalhado.

Alínea E: Incidência dos Encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso-prévio trabalhado = Valor do aviso-prévio trabalhado x Percentual total do submódulo 2.2.

Alínea F: Multa de FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado = 4,0% x total da remuneração

Observação: Percentual estabelecido na IN 5/2017 para a mesma rubrica, no item 14 do Anexo XII, alterado pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, Art. 12 e divulgada na página do Compras Governamentais na internet 27/01/2020, em "Orientações e Procedimentos" com o título "Extinção da Contribuição Social de 10% sobre o FGTS e os contratos administrativos".

Módulo 04.

Submódulo 4.1: Ausências Legais.

Notas:

1. Considerando que o valor pago ao substituto durante as férias do empregado residente já consta na remuneração (módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo das suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na Letra B do submódulo 2.1, não há custo a ser aportado nesta rubrica.
2. Nas alíneas B à M as ausências foram apuradas com uso de dados referenciais.

INCIDÊNCIA DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Evento	Incidência	Duração legal da ausência
Ausência justificada	1,0000	1
Acidente trabalho	0,0922	15
Afastamento por doença	1,0000	5
Consulta médica filho	0,1522	2
Óbitos na família	0,0309	2
Casamento	0,0123	3
Doação de sangue	0,0200	1
Testemunho	0,0040	1
Paternidade	0,0321	20 ¹
Maternidade	0,0028	180 ¹
Consulta pré-natal	0,0002	6

1 – Prazos considerados para empresas adeptas do Programa Empresa Cidadã. A licitante deverá observar a sua realidade.

Memória de cálculo:

Alínea A: ver nota 1

Alínea B até M: Ausências Legais

Alínea N: Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre as Ausências Legais = [Soma alíneas anteriores x Percentual total do Módulo 2.2]

Módulo 04,

SUBMÓDULO 4.2: Intervalo para repouso e alimentação.

Notas:

1. Substituição do empregado intrajornada, conforme item 5.3 do Termo de Referência
2. Trabalhando o empregado durante o intervalo intrajornada, destinado para repouso e alimentação, o valor a ser pago pelo trabalho em tal período deverá constar sem incidências ou reflexos, em razão do seu caráter indenizatório, conforme Art. 71, § 4º da CLT, em redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Memória de cálculo

Alínea A: [(Base de cálculo: Módulo 1/ 200) X 50%] X Quantidade de horas a serem repostas conforme a carga horária (22 h, para carga horária de 40 horas semanais; e 15 h para a jornada 12 x 36 horas)

Observação: O regime de duração do trabalho, em que se insere o intervalo intrajornada, e o qual exige cumprimento normal de jornada somente será aplicável aos

empregados, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40%, conforme disposto no Art. 62 da CLT, inciso II e parágrafo único. Outrossim, ainda que se considerasse a hipótese de equiparar os cargos de supervisor ou líder ao de gerente mencionado no referido artigo, a remuneração de ambos fica abaixo desta diferença de 40% sobre o salário normal (38,46% e 7,69%, respectivamente). Por este motivo, smj., estes empregados estão sujeitos a controle de jornada, e a não concessão do intervalo enseja o pagamento, a cada empregado, segundo o valor-hora da respectiva remuneração (módulo 1).

Módulo 5: Insumos Diversos.

Notas:

1. Uniformes relacionados nos Apêndice III do Termo de referência para os cargos Licitados;
2. Custos estimados por EMPREGADO.
3. Para os demais cargos o valor do custo com a perda/reposição dos uniformes foi apurado com uso de dados referenciais levantados/estimados **em pesquisa de mercado**.

Memória de cálculo:

Alínea A: Insumos = SOMA DOS MÓDULOS ANTERIORES X percentuais estabelecidos em pesquisas de mercado, reproduzidos na tabela a seguir.

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA	
Categoria	Percentual
Vigilante Desarmado 12x36 D	3,05%
Vigilante Desarmado 12x36 N	3,05%
Vigilante Desarmado 40h semanais	5,12%

Alínea B: Uniformes = ver quadro com planilha no Anexo I para os cargos citados na Nota 1 e cotação anexa.

Módulo 06: Custos indiretos, tributos e lucro.

Notas:

1. Os percentuais aplicados neste módulo constam na planilha de custo.

Memória de cálculo:

Alínea A: Custos Indiretos = (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x Percentual conforme indicado na nota 1

Alínea B: Lucro = (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos) x Percentual conforme indicado na nota 1

Alínea C: Base para cálculo dos Tributos = (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / Fator de divisão, onde:

Fator de divisão = $\{1 - [(alíquota \text{ do PIS} + Alíquota \text{ da COFINS} + Alíquota \text{ do ICMS} + Alíquota \text{ do ISS}) / 100]\}$

Alínea C1-A: Tributos Federais (PIS) = Base para cálculo dos Tributos x Alíquota do PIS (conforme o regime tributário da empresa 1,65% para Lucro Real, 0,65% para Lucro Presumido e 0,44% para Simples Nacional)

Alínea C1-B: Tributos Federais (COFINS) = Base para cálculo dos Tributos x Alíquota do COFINS (conforme o regime tributário da empresa 7,6% para Lucro Real, 3% para Lucro Presumido e 2,35% para Simples Nacional)

Alínea C2: Tributos Estaduais (ICMS) = inaplicável, planilha zerada neste item.

Alínea C3: Tributos Municipais (ISS) = Base para cálculo dos Tributos x Alíquota do ISS
(5% para todos os regimes tributários).